

Escola comunitária na Bahia

JORNAL DO BRASIL - 1 DEZ 1986

é exemplo mesmo sem dinheiro

Salvador — Alunos vão às aulas de calção e pés descalços; não se estuda em livros; as salas ficam abertas o tempo todo, funcionando mesmo nos meses considerados de férias. Assim funciona a Escola Aberta do Calabar, uma experiência considerada pelo MEC como “exemplo” em termos de educação comunitária no Nordeste do país, hoje ameaçada de fechamento.

Iniciativa dos moradores da favela do Calabar, que fica prensada em meio aos prédios e casas da classe média alta de Ondina, e da Centenário, a escola aberta está prestes a ser a primeira do gênero alternativo a ser oficialmente reconhecida pela Secretaria da Educação do estado. A relatora do Conselho Estadual de Educação, Maria Amália, já deu seu parecer favorável.

Metodologia

Enquanto não vem o reconhecimento oficial, a Associação de Moradores do Calabar, mantenedora da escola, se contenta com o fato de a metodologia utilizada ali permitir que alunos aprendam, em até um ano, o que outras escolas ensinam em quatro. Estudantes que concluem a alfabetização fazem um ano de “aceleração” e ficam aptos para cursar a 5ª série em colégios do estado; como o Edgard Santos e o Hildete Lomanto, os dois no bairro do Garcia.

Construída em três meses, em regime de mutirão, a escola começou a funcionar há quatro anos. Ocupando uma área de 220 metros quadrados, o prédio tem dois pavimentos, abrigando sete salas de aula, biblioteca comunitária, cozinha e sala para administração, além de dois banheiros e sanitários.

Afora os esforços da comunidade, a Escola Livre do Calabar conta apenas com poucos recursos do governo federal, através do projeto de interação básica entre diferentes contextos culturais existentes no país (Cz\$ 170 mil anualmente) e uma complementação para pagamento do salário mínimo aos professores, por parte da Prefeitura de Salvador.

Apesar de comprometidos, os recursos federais até agora não foram liberados pelo Ministério da Cultura, estando os 15 professores, três funcionários da biblioteca e dois cozinheiros sem receber nem mesmo a baixa remuneração desde junho.

Isto, entretanto, não tem sido motivo para relaxamento por parte dos professores, todos ligados à comunidade do Calabar. A maioria deles participou das obras de construção civil do prédio, trabalhando mais por idealismo: são pessoas que conhecem o dia-a-dia dos estudantes e, assim, podem entender melhor seus problemas. Chamados de “animadores culturais”, os professores tratam as crianças com carinho e com diálogo.

Com a escassez de recursos financeiros, pois tudo é gratuito — desde a inscrição até o material didático —, as paredes do prédio apresentam rachaduras e não recebem reparos. Mais grave, no entanto, é o fim da vigência do convênio com o governo federal, em dezembro, sem esperanças de renovação, porque o programa está sendo extinto.

A única alternativa é o governo do estado ou do município encampar financeiramente a escola, como defende o presidente da Associação, jornalista Fernando Conceição. Para tanto, é imprescindível a conclusão do processo de reconhecimento legal da escola pela Secretaria da Educação.

Inovações

Além de abolir o uniforme e o uso de livros (substituídos por cadernos de anotações que foram livros escritos pelos próprios alunos) para facilitar o acesso de crianças mais carentes, a escola aberta apresenta outras inovações, como o curso de aceleração ou pós-alfabetização. Destinado a jovens com mais de 14 anos, este curso se desenvolve em três etapas, possibilitando o aprendizado, em apenas um ano, do programa ministrado em quatro anos pelas outras escolas. O aluno já passa direto para a 5ª série.

Como explicou a professora Lindalva Amorim, 33 anos, uma das coordenadoras “na escola aberta, a prova não causa medo ao aluno”, porque a sua capacidade é medida globalmente durante todo o ano letivo e não apenas através dos testes, que “servem mais para atender à burocracia das autoridades educacionais”.

No conteúdo programático, também há diferenças marcantes: não só porque todo o ensino é baseado em assuntos da realidade vivida pelos alunos, mas sobretudo porque há um trabalho permanente de tentativa do resgate das origens. A história é contada do ângulo dos oprimidos, principalmente na abordagem da discriminação racial, pois mais de 80% dos 6 mil moradores do Calabar são negros.

Funcionando em três turnos, a escola aberta é mais procurada do que a outra do bairro, a Visconde de São Lourenço, mantida pelo estado. Hoje, com mais de 300 alunos do pré-escolar à 4ª série, a escola aberta não atende à demanda, cada vez maior. No período considerado de férias — fim de dezembro a começo de março — a escola oferece cursos de teatro, dança, capoeira, artes, artesanato, corte e costura e horta comunitária. Existem ainda dois grupos de teatro, um infantil e outro de adultos.

Fato curioso é que, quando não havia a escola aberta, os moradores depredavam a escola estadual. Hoje, os estudantes, além de cuidarem dos móveis rústicos e das instalações da escola construída pela comunidade, fazem pequenos consertos.

Será deflagrada esta semana uma campanha de recuperação da Escola Aberta do Calabar, com o objetivo de levantar fundos para a reforma do prédio, mobiliário e instalações anexas, mobilizar a comunidade para refletir sobre o significado da escola para os moradores e, sobretudo, chamar a atenção das autoridades e da opinião pública para a importância de se estimular a criação e manutenção das escolas comunitárias.